



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 19647.005756/2007-52
Recurso nº 269.593 Voluntário
Acórdão nº **2803-00.420 – 3^a Turma Especial**
Sessão de 2 de dezembro de 2010
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM RECIFE-PE

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/02/1996 a 31/01/1999

PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade dos arts. 45 e 46 da Lei n º 8.212 de 1991, conforme Súmula Vinculante n º 8, de 12 de junho de 2008.

Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I, do CTN.

Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial todos os fatos geradores apurados pela fiscalização.

Recurso Voluntário Provido

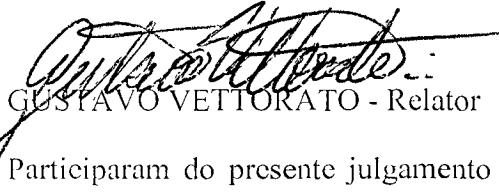
Crédito Tributário Exonerado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **3^a Turma Especial** da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).


HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA – Presidente

6



GUSTAVO VETTORATO - Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Eduardo de Oliveira, Oseas Coimbra Júnior, Carolina Siqueira Monteiro de Andrade, Amílcar Barca Júnior, Gustavo Vettorato e Helton Carlos Praia de Lima (presidente).

Relatório

O presente Recurso Voluntário apresentado por Paulo R. Tarossi Transportes - ME (fls. 512-523) busca a revisão total da decisão *a quo* (fls.441-446), que manteve crédito constituído pela NFLD a título de contribuições securitárias (patronal e SAT) e a terceiros (Inca e Sebrae), lançados pela presente NFLD de forma substitutiva à NFLD n. 35.028.731-7 (ciência em 09.10.2000), anulada por vício formal pelo Ac. 1903/2005, da 4^aCAJ do CRPS (26.08.2006). A ocorrência dos eventos sobre os quais incidiu a norma de imposição tributária se deu nas competências de 02/1996 a 01/1999, sendo o lançamento cientificado no dia 15.06.2007 (fls.01).

Em seu recurso, a contribuinte alegou a presente NFLD, mesmo substitutiva da NFLD que foi anulada por decisão que informou que os vícios formais, os mesmos seriam de natureza material, pois seriam referiam à ausência de fundamentação legal, exposição fática e critérios de apuração adequados. Logo, não teriam o condão de que se aplicasse o art. 173, II, do CTN, bem como do art. 45, II, da Lei n. 8.212/1991 em razão da Súmula Vinculante n. 8 do STF.

O recurso foi considerado tempestivo pela autoridade preparadora, seguindo originalmente para o 2º Conselho de Contribuintes; que teve suas competências transferidas à 2^a Seção de Julgamento do CARF/MF, e, por conseguinte, veio distribuído à presente Turma Especial e relator.

Este é o Relatório.

Voto

Conselheiro GUSTAVO VETTORATO, Relator

Ao caso, observa-se a tempestividade do recurso voluntário e o inconformismo com a decisão a quo, bem como a inexigibilidade do depósito recursal ou arrolamento de bens (Súmula Vinculante n. 21 do STF), assim o mesmo deve ser admitido e conhecido.

Preliminarmente, em face à análise do Recurso e dos autos do processo, atenta-se à extinção dos créditos constituídos em razão da ocorrência de decadência, contudo por outros motivos, indiferente de futuros vícios ou nulidades que venham ser apontadas.

Ao verificar o inteiro teor do Acórdão Decisório n. 1903/2005, da 4^aCAJ do Conselho de Recursos da Previdência Social, em 26.08.2006, mesmo ao identificar a nulidade da NFLD substituída como vício formal, ele se refere a um vício intrínseco ao fenômeno da subsunção da regra-matriz tributária e sua positivação, várias vezes mencionados do indicado acórdão: pois seriam referiam à ausência de fundamentação legal, exposição e comprovação fática e critérios de apuração adequados. Ou seja, vícios tipicamente vinculados à materialidade do tributo.

Por aplicação subsidiária do art. artigo 469, I do CPC, os motivos jurídicos da nulidade anterior não fazem coisa julgada (Ac. 2301-00.502, da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF, 07.07.2009). Portanto, chamar-se atenção para a demonstração deficitária da relação jurídica tributária no instrumento constituidor do crédito tributário, representante de um verdadeiro vício material insanável, por ao art. 37, da Lei n. 8.212/1992, ao art.142, do CTN, e ao direito de ampla defesa e contraditório. A deficitária construção da norma individual e concreta do tributo, algo além da mera formalidade extrínseca do ato de constituição do credito, como um erro material na identificação do sujeito passivo (art. 10 e 11, do Dec. 70.235/1997). De tal forma, que não há o caso de reinício de contagem do prazo decadencial quinquenal a partir da decisão de anulação do lançamento por vício formal, contido no art. 173, II, do CTN, porque o vício em questão tem natureza totalmente material. Conforme jurisprudência do Conselho de Contribuintes:

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – NULIDADE - VÍCIO FORMAL - LANÇAMENTO FISCAL COM ALEGADO ERRO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO – INEXISTÊNCIA – Os vícios formais são aqueles que não interferem no litígio propriamente dito, ou seja, correspondem a elementos cuja ausência não impede a compreensão dos fatos que baseiam as infrações imputadas. Circunscrevem-se a exigências legais para garantia da integridade do lançamento como ato de ofício, mas não pertencem ao seu conteúdo material. O suposto erro na identificação do sujeito passivo caracteriza vício substancial, uma nulidade absoluta, não permitindo a contagem do prazo especial para decadência previsto no art. 173, II, do CTN. (Acórdão nº 108-08.174 IRPJ, de 23/02/2005 da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes).

"PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO EX OFFICIO — É nulo o Ato Administrativo de Lançamento, formalizado com inegável insuficiência na descrição dos fatos, não permitindo que o sujeito passivo pudesse exercitar, como lhe outorga o ordenamento jurídico, o amplo direito de defesa, notadamente por desconhecer, com a necessária nitidez, o conteúdo do ilícito que lhe está sendo imputado. Rata-se, no caso, de nulidade por vício material, na medida em que alta conteúdo ao ato, o que implica inocorrência da hipótese de incidência." (1º Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, Recurso nº132.213 — Acórdão nº101-94049. Sessão de 06/12/2002, unânime)

Dessa forma, por não ter havido o reinício do prazo decadencial quinquenal, a data de científicação da NFLD objeto deste recurso ter sido em 28.09.2006, e a última competência que teve créditos tributários lançados foi 01/1999, está clara a extinção do crédito pelo alcance da decadência.

O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado e obrigatório à administração pública, emitiu a Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, que pacificou o entendimento da constitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991, nestas palavras:

Súmula Vinculante nº 8 “São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

Conforme previsto no art. 103-A da Constituição Federal a Súmula de nº 8 vincula toda a Administração Pública, devendo este Colegiado aplicá-la.

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

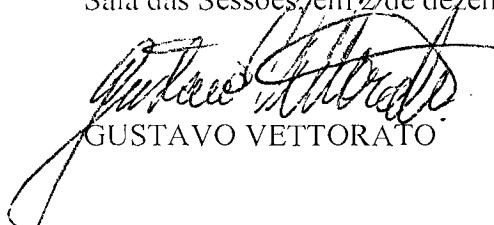
Uma vez não sendo mais possível a aplicação do art. 45 da Lei nº 8.212, há que serem observadas as regras previstas no CTN.

Observe-se a NFLD é referente às fatos geradores declarados ou não em instrumentos próprios nos períodos de 02/1996 a 01/1999. Neste caso, as contribuições tendentes ao lançamento por homologação, mas segundo o colocado no Relatório Fiscal que os créditos foram constituídos por levantamento fiscal sobre documentos diversos além daqueles obrigatórios de registro, inclusive utilizando-se de aferição indireta, o que torna-o em lançamento por ofício (art. 150, §4º, e 149, CF/1998), devendo-se seguir o disposto no art. 173, I, c/c art. 156, inciso V, do CTN, contando o prazo de 5(cinco) anos do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Assim, estarão extintos os créditos oriundos da incidência da norma tributária sobre fatos geradores anteriores à 1º.01.2001, ou seja, a decadência operou em todos os créditos constituídos nas competências anteriores à 11/2000, antes mesmo da lavratura da NFLD substitutiva.

Pelo exposto, voto por CONHECER do recurso do notificado, para no mérito CONCEDER-LHE TOTAL PROVIMENTO, reformando a decisão recorrida, declarando a improcedência do lançamento e decretando a nulidade por vício material da NFLD em razão da decadência do crédito tributário constituído.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 2010



GUSTAVO VETTORATO